

Apostilas epigráficas – 3¹

*CEAUCP – Coimbra

José d'Encarnação*

In memoriam do Professor Justino Mendes de Almeida

¹ Vêm estas notas na sequência de Encarnação, 1994 e 1995.

Resumo Traçam-se breves observações acerca de epígrafes da Hispânia romana, em complemento ao que sobre elas já foi publicado, sugerindo-se novas leituras e interpretações. Assim, sobre *CIL* II 5354, discute-se o significado do acto benemerente; detemo-nos no significado do vocábulo *ocellum*, gravado como grafito num pequeno pote cerâmico; mostra-se como se adaptou a um texto religioso uma frase de propaganda política eleitoral; reflecte-se de novo sobre a etimologia da palavra *eburum*, relacionada com o teixo; dá-se nova leitura de *CIL* II 278; identifica-se *CIL* II 400; e corrige-se um lapso de interpretação de *IRCP* 578.

Résumé On essaie d'apporter de nouvelles suggestions de lecture et d'interprétation de textes épigraphiques romains d'*Hispania* déjà publiés. On discute, par exemple, la signification politique présente en *CIL* II 5354 ; on explicite la signification du mot *ocellum* et l'étymologie d'*eburum*; une nouvelle de *CIL* II 278 est présentée; *CIL* II 400 vient d'être identifiée; on corrige une interprétation erronée de *IRCP* 578.

O objectivo destas notas, como a própria palavra 'apostila' indica, é o de se procurar acrescentar algo ao que já foi escrito sobre as epígrafes em causa. Não se segue nenhuma ordem, nem geográfica nem cronológica (de anterior publicação).

1. *CIL* II 5354

É bem conhecida e tem sido amiúde citada a inscrição procedente de Burguillos, de que Fabre & *alii* (1982, p. 229) informam: "Actualmente se conserva en una finca de San

Feliu de Codines”.

Reza o texto que, *in honorem Domus Divinae*, *Gaius Aufidius Vegetus*², cidadão inscrito na tribo Galéria, duas vezes duúnviro, tratou de mandar fazer umas termas: *curator balineum aedificavit*; contudo, diz mais a epígrafe: é que foi o filho, duúnviro designado, que pagou a despesa e celebrou a inauguração do balneário com a realização de um espectáculo circense: *Gaius Aufidius [...] Avitus filius [...] Ilvir · designatus de sua pecunia [dedit] et · editis · circiensibus · [dedicavit?]*.

Comentam Fabre & alii (1982, p. 232): “Podemos ver como un *duovir iterum* asocia a su hijo, y casi su sucesor, como *duovir designatus* en una obra pública y en la popularidad de unos juegos”.

Pondo em confronto os mecanismos gerados na sociedade pelo chamado “evergetismo”³, nomeadamente no que à organização de espectáculos diz respeito, Enrique Melchor Gil e Juan Francisco Rodríguez Neila (2002) afirmam:

[...] Debemos señalar que, en la totalidad de los casos hispanos atestiguados por la epigrafía, los magistrados que financiaron *ludi* libres no fueron los que comenzaban su carrera y necesitaban aumentar su *popularitas (ediles)*, sino los que ya habían accedido a las mas altas magistraturas de las colonias y municipios (*duoviros* o *quattuorviros iure dicundo*); por tanto sus donaciones no se realizaron para obtener una promoción política mas o menos inmediata, sino para agradecer a sus comunidades el haberles permitido culminar sus carreras en la administración local. Un ejemplo muy significativo lo encontramos en la inscripción CIL II, 5354, donde aparece organizando *ludi circenses* *G. Auf(ustius) Avitus*, pues cuando el decidió celebrar estos espectáculos, ya había sido elegido para desempeñar el *duovirato* y estaba a la espera de tomar posesión del cargo» (p. 141).

Ter-me-ia passado inteiramente despercebida esta inscrição, a questão que ela levanta e a explicação dada por Melchor Gil e Rodríguez Neila, se a não tivesse visto referida por Teresa

Caetano (2010, p. 320), aduzindo-a para provar que

nem sempre o evergetismo subjacente à realização do espectáculo tinha como objectivo angariar apoio, como se deduz de uma inscrição de *G. Auf(ustius) Avitus* que celebrou a sua eleição como duúnviro, promovendo a realização de *ludi circenses*.

Creio que, neste caso, a explicação poderá ser muito mais simples, atendendo a todos os dados aí fornecidos: o mais normal, em meu entender, é considerar que o pai morreu (ou ia acabar o mandato) antes de ver completada a obra, e foi o filho que, naturalmente, lhe deu conclusão. É também para ele um acto de benemerência, claro; contudo, trata-se, sem dúvida, de uma circunstância particular, que não pode aduzir-se como exemplar.

2. *Ocellum*⁴

Estudei, com a Dra. Clara Portas, um sugestivo grafito achado em Mangualde, na chamada “Citânia da Raposeira” (1993). Fora gravado após a cozedura, em gesto corrido, no bojo de uma pequena tigela de *terra sigillata*, cor alaranjada, com 140 mm de diâmetro. Peça graciosa, portanto, e de uso doméstico.

Pareceu-nos que se poderia ler *OCELLI*, ainda que do C apenas restasse a terminação superior, uma vez que dois dos três fragmentos da tigela colavam precisamente aí (Fig. 1).

Tendo em conta o que sabemos acerca do modo como se identificavam os lotes de cerâmica (e os respectivos proprietários) no momento em que se colocavam no forno, o mais normal seria interpretar a palavra como o genitivo de um antropónimo e traduzir ‘de Océlio’, uma vez que se regista, de facto, esse nome, embora muito raro.⁵ Contudo, aqui o grafito foi feito após a cozedura! Tinha, por conseguinte, uma intenção bem diferente, sobretudo se pensarmos que estamos perante... uma tigelinha, mesmo a jeito de ser usada como presente!...

Assim o interpretámos, pois. Em latim, a

² Prefiro *Aufidius* a *Aufustius* — apesar de haver alguns (poucos) testemunhos deste *nomen* nessa área da Península Ibérica — pela simples razão de se me afigurar que nome pouco frequente seria menos passível de abreviar que outro já mais conhecido. É basta ver o rol de *Aufidii* de CIL II (p. 1056) para disso nos apercebermos. É contra esta opinião Alicia Canto (*ERBC* 58 = *HEp* 7 1997 52). Jorge Alarcão (1993) também já teve oportunidade de referir-se à importância dos *Aufidii* na epigrafia peninsular.

³ Palavra de raiz grega que se instalou nos livros de Epigrafia e que eu proponho seja substituída por outra muito mais consentânea com a nossa mentalidade europeia, mormente meridional: benemerência — o que, aliás, se coaduna perfeitamente com o teor das epígrafes, onde a palavra *benemerens* é a usada.

⁴ Reproduzo reflexões feitas em 2011a, porque, a meu ver, completam o que se escreveu em 1993. E também porque se usara lá a expressão «(torrãozinho de açúcar)», totalmente anacrónica em tempos romanos...

⁵ Kajanto (1965, p. 239) cita o *cognomen* *Ocellio*, como nome de escravo. Atribui-lhe o significado de portador de “small eyes”.

⁶ Na comunicação “Testemunhos de Reue no Ocidente brácaro”, apresentada ao *XI Coloquio Internacional de Linguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica* (Valência, 24–27.10.2012).

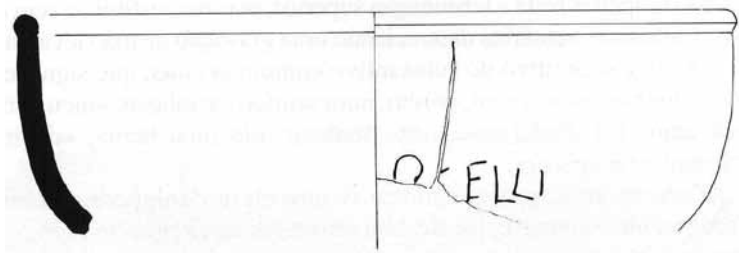
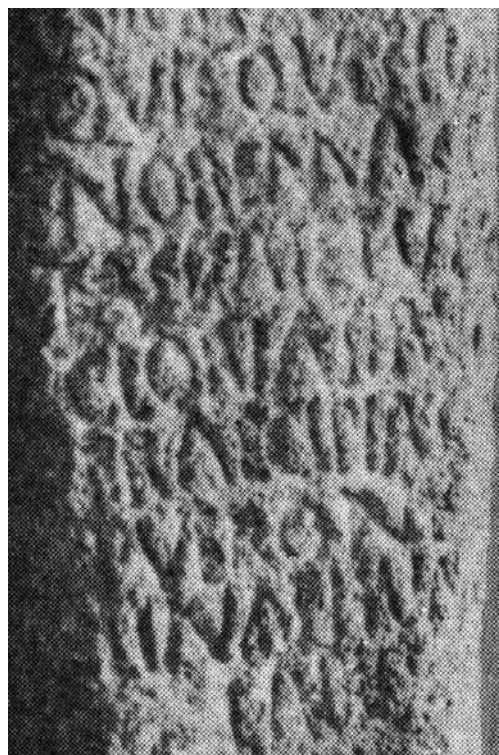


Fig. 1 – Grafito OCELLI, de Mangualde (FE 204). Desenho de Clara Portas.

Fig. 2 – Parte inferior da dedicatória a Bormânico (CIL II 2401). Foto de Guilherme Cardoso.



palavra *ocellus* é o diminutivo de *oculus* ‘olho’; e nas vezes em que o seu uso está documentado envolve-o uma atmosfera de ternura: o *Oxford Latin Dictionary* aponta-o ‘in tender or emotional language’, ‘darling’, ‘pupila dos meus olhos’, aplicado ‘to things that are particularly precious or beautiful’. E uma das passagens de Plauto mais citadas neste contexto é: *Sine tuos ocellos deosculer, voluptas mea*, “Deixa-me beijar ternamente os teus olhinhos, volúpia minha!”...

Daí até à nossa imaginação de um gesto foi pequeno o passo: o amante pegara na taça, nela gravara a palavra e à amada a entregara: “É tua, pupila dos meus olhos!”.

3. *Bormanicus* e a propaganda eleitoral

Provou eficazmente Armando Redentor⁶ que a palavra REO presente na inscrição dedicada à divindade indígena *Bormanicus* (Encarnação, 1975, pp. 143–148) se deve ler mesmo assim e não, como já Leite de Vasconcelos preconizara e eu aceitara, na condição de má grafia da palavra DEO. Sendo assim, para utilizarmos uma linguagem que ainda é a nossa, *Bormanicus* deixaria de ter carácter substantivo e passaria a ser mero adjectivo circunstancial — adaptado ao lugar, as termas — de uma divindade *Reva*, cujas características “aquáticas” não têm sido postas em causa (cf. Villar, 1995).

Não ousou discutir essa opinião e aguardo que novos testemunhos venham contribuir para esclarecer a questão, ainda que — de uma forma ou doutra — o importante se mantém: estamos perante a manifestação do culto à divindade que os Antigos supunham presidir ao carácter curativo das termas de Vizela, onde as epígrafes a esta divindade se encontraram. Por outro lado, como outras vezes já salientei, tal não constitui

impedimento para que, noutra epígrafe (CIL II 2402), a divindade seja mencionada apenas pelo seu epíteto: *Bormanicus*.

O que me leva a incluir o tema nestas reflexões prende-se, porém, com a frase final patente na epígrafe maior (Fig. 2):

Quisquis · honorem · agitas · ita · te · tua gloria · servet praecipias puero · ne linat · hunc lapidem.

Já o referi (2011b); mas afigura-se-me de tal modo interessante esse aspecto que não resisto a repetir as reflexões então feitas. Trata-se, na verdade, de uma exortação invulgar em textos votivos e que também em monumentos funerários não surge amiúde e apenas a partir — quanto se sabe — de finais do século II em diante, altura em que o respeito pelos locais sagrados e suas oferendas epigrafadas começou a ser menor.

Frank J. Korn traduz assim aquela frase: “You who are seeking election, let your legacy be thus — that you instruct your boy [servant] not to deface this stone”; e compara a frase com os *graffiti*, pois que a menciona (2002, p. 66) no capítulo que designou “The wall writers of long ago”. Aqui não é, porém, um grafito. Na versão, um tanto livre, que publiquei em 1975 (p. 144), escrevi: “Se prezas a tua honra, que sirva para tua glória impedires que as crianças estraguem

esta lápide”. Ligeiramente diferente desta é a tradução apresentada no catálogo da exposição *Religiões da Lusitânia* patente no Museu Nacional de Arqueologia (Ribeiro 2002, p. 357): “Quem quer que sejas, que sigas uma carreira com honra que para tua glória sirva. Impede que as crianças estraguem esta lápide”.

Leite de Vasconcelos (1905, p. 269) fizera-se eco das duas interpretações que têm sido dadas a este dístico, incluído por Buecheler na sua colectânea de textos latinos poéticos (*CLE*, sob o n.º 876), e, designadamente, dos comentários de Hübner (*CIL* II 2403). Assim, a frase *honorem agitas* — escreve Hübner — deve relacionar-se com a divindade: “In titulo sacro honorem agere puto dictum esse de honore dis habendo ut apud poetas *meritos mactare honore* dicitur (Verg. *Aen.* 3, 118)”. Ou seja, tratar-se-ia da honra concedida pela divindade. Mommsen, por seu turno, consultado por Hübner, interpretou o dístico num outro sentido, pondo-o em paralelo com a solicitação feita “aos candidatos a cargos públicos para que não consentam que o escravo que costuma pintar os nomes deles, como proclamação, nas paredes, manche esta pedra”. Comenta Hübner — e muito bem — que não seria este o local nem o suporte indicado para propagandas eleitorais e, por isso, tal como Leite de Vasconcelos afirma, “deve entender-se que o dístico é mera fórmula de aplicação geral”.

Concordo com esta interpretação; contudo, importa, a meu ver, atentar no que isso, de facto, significa do ponto de vista cultural: é que, na verdade, estamos perante a apropriação para um texto votivo de fórmula eventualmente comum e de conteúdo político-social. *Honorem agitare* é expressão de âmbito claramente político: significa aspirar ao exercício de cargos públicos, pois, como se sabe, o *curriculum vitae* de um político era o seu *cursus honorum*. Nesse contexto, portanto, a frase tem um conteúdo preciso e não há como escamoteá-lo:

“Tu, quem quer que sejas, que anseias por honras, que deste modo te sirva para tua glória que ordenes ao escravo que não suje esta lápide”.

Compreende-se: num contexto público urbano, pintar propaganda eleitoral nas paredes nem sempre é bem-visto; o respeito pela propriedade alheia pode, ao invés, jogar a favor dum candidato

— e é isso que se preconiza.

Comenta Leite de Vasconcelos, em nota (p. 269): “Este dístico corresponde às recomendações que se lêem com frequência nos edifícios de Paris: “*défense d’afficher!*”. É o nosso “Afixação Proibida”, no que corresponde à publicidade comercial; neste caso, contudo, vai-se mais além, pois em tempo de campanha eleitoral (e disso temos bom testemunho nas paredes de Pompeios) tudo serve para inscrições!... E foi nesse âmbito que o atrás citado Frank J. Korn acabou por incluir este testemunho no capítulo dos “The wall writers of long ago”!...

Por consequência, este aspecto não é minimamente despiendo: o lapicida (ou o dedicante), conhecedor dos formulários públicos romanos, não hesitou em aplicar aqui — ainda que fora do contexto real — uma solicitação tendente à preservação da epígrafe. Um duplo reflexo, portanto: o de um conhecimento e o de um desconhecimento. Conhecimento dessa fórmula; desconhecimento de uma outra que mais consentânea fosse com o contexto votivo a que o monumento se destinava. Em todo o caso, um índice cultural relevante.

4. O teixo e a divindade *Ebur*

A identificação do teixo numa decoração patente (Fig. 3) nas epígrafes funerárias (Francisco & González, 2004) e a sua eventual relação com a divindade *Arantius/Arantia Ebrobrigensis* (Encarnação, 2008, 2011, pp. 70–73) suscitou outras reflexões que não será despiendo referir. Assim, em e-mail que me enviou a 18-11-2011, Luigi Battisti dá conta de que, porventura, essa explicação histórico-etimológica poderá não ser tão linear como se pensa, dada a sua possível relação com crenças mitológicas vindas do fundo dos tempos. Com expressa permissão sua, transcrevo o que me escreveu, síntese da comunicação “The myth of Ebur (The Eponym of Iberian Peoples)”, que apresentara no XII Congresso “Cultura Europea” (Barcelona, Outubro 2011).

La mia tesi è che la grande diffusione dei nomi *Ebur* ed *Eber* nella toponomastica di

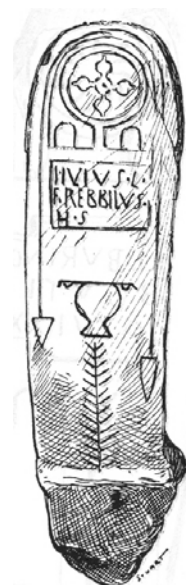


Fig. 3 – Reprodução da Fig. 199 de *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, 1913 (p. 420), de J. Leite de Vasconcelos: estela do Museu Arqueológico do Carmo com representação de teixo. Desenho de Stuart Carvalhaes.

molta parte dell'Europa e in parte del Medio Oriente, difficilmente si può collegare al nome di un albero per quanto importante tale albero possa essere stato. Né tantomeno è possibile che l'influenza della lingua celtica sia così vasta. Analizziamo alcune fonti di varia origine.

Nella Bibbia si parla di “Sem, padre di tutti i figli di Eber... *kol-bne-Eber*” (Gen. 10, 21); “a Eber nacquero due figli: uno si chiamò Peleg...” (Gen. 10, 24). In tutta la Bibbia spesso i popoli vengono chiamati col nome dell'eponimo: “Gli Israeliti sono i *bne-Israel* (Num. 25, 8, Is. 17,3...), gli Ammoniti sono i *bne-Ammon* (Deut. 2, 19, Is. 11,14), i Moabiti sono i *bne-Moab*, ma solo per gli Eber si dice *kol-bne-Eber*, come se lo scrittore biblico avesse coscienza di una grande diffusione di questi popoli.

Proviamo a collegare il nome Peleg ai popoli che secondo vari autori greci abitavano la Grecia, ossia i Pelasgoi. Se Peleg fosse Pelasgos (Pausania; Igino, *Fabulae*; Apollodoro; Erodoto, *Historiae*), allora i figli di Eber avrebbero abitato un'area veramente vasta.

Leggende irlandesi parlano dell'invasione della loro isola da parte dei figli di *Milesius*, chiamati *Eber* e *Eremon*, partendo dal nord est della Spagna, da una regione chiamata *Brigantia*.

Le leggende irlandesi sono considerate parti di un ciclo epico celtico, ma perché *Eber* dovrebbe essere un nome celtico e non il nome con cui si chiamavano gli antichi abitanti della Spagna, ossia *Eber* = *Hiberi*? Si consideri inoltre che l'Irlanda secondo la leggenda sarebbe stata avvistata dalla “*Bregan's tower*” che corrisponde esattamente al *Farum Brigantium* con cui era chiamata l'attuale torre che si trova a La Coruña in Galizia.

In Italia, nella Campania, esiste una cittadina chiamata *Eboli* che è una variazione del nome antico *Ebur*; in questa cittadina non esiste traccia dell'albero da cui deriverebbe questo nome, inoltre i Celti non sono mai arrivati in Campania. Il nome *Ebur* è conosciuto dai coloni greci che si stanziarono nella zona attorno al VI-V secolo, che lo trasformarono secondo le regole della loro lingua in *Efyra*, per cui la città *Ebur* fu chiamata *Εφύρα κατά Καμπάνιαν*.

Un'altra convinzione è che tutti i nomi che hanno la radice *briga* siano di origine celtica; però

tale nome è diffuso nella regione iberica, per cui si ipotizza una influenza celtica anche in aree come l'Andalusia che è lontana dalla presenza dei Celti. In Andalusia c'era il cuore della civiltà iberica, esisteva Tartesso la più grande città degli *Hiberi*, così famosa che anche la Bibbia la cita col nome di *Tarshish*. Strabone dice in *Geografia* III, 2-8: «I Turdetani [i Tartessiani] sono i più civilizzati tra gli iberici: conoscono la scrittura e possiedono libri antichi, ed anche poemi e leggi in versi che essi consideravano antichi di settemila anni...».

Perché allora non pensare semplicemente che *briga* fosse collegato con gli Eber?

Se adottiamo questo punto di vista, diventa più chiaro il significato di toponimi come *Eburobriga* ed *Eburobritium*: sarebbero la contrazione dei nomi della coppia *Ebur* e *Brigit* (divinità degli *Hiberi*).

Il secondo nome *Brigit* fu poi importato in Irlanda e quindi in Britannia dopo l'invasione dei fratelli Eber ed Eremon, di cui parlano le leggende irlandesi. Questa interpretazione spiega perché non c'è traccia di questa divinità nella Gallia, perché **Brigit non era una divinità celtica**.

Tartesso fu conquistata dai Cartaginesi intorno al 553 a. C., che portarono il culto di Ercole-Melkart; da allora *Ebur* scomparve dalla penisola iberica e il suo culto fu sostituito da quello di Ercole.

Questa interpretazione corrisponde molto bene con la X fatica di Ercole, che ruba il gregge di Gerione re di Tartesso (ossia le ricchezze) e uccide il cane Orthros (fratello del cane infernale Cerbero), ossia il culto negromantico dedicato a *Ebur*. (In questa impresa Ercole sconfigge anche il pastore del dio infernale Ade).

Ercole, semidio in molti aspetti evidentemente simile a *Ebur*, sostituì il precedente così bene, che gli furono dedicati le colonne di Ercole, il tempio di Ercole a Cadiz che prese il posto della distrutta Tartesso. In Galizia, a La Coruña, il “*Farum Brigantium*” divenne “La torre di Ercole”, come ancora oggi è conosciuta.

Sugestivas correlações, portanto, a ter em conta, para uma análise mais completa. Aliás, creio

que também se poderá aduzir neste domínio o topónimo *Eburomagus*, um *vicus* da via romana da Aquitânia, cuja criação é datável de finais da II Idade do Ferro e que mereceu especial atenção de Michel Passelac, ainda que o seu interesse, no texto que redigiu (2010), assente quase em exclusivo no plano arqueológico, do traçado da via, sem reflexões específicas a propósito da eventual etimologia do topónimo.

5. CIL II 278 = ILER 4326 e 6451

Estudaram Justino Mendes de Almeida e Fernando Bandeira Ferreira (1966, pp. 33–37) a placa funerária embutida na parede sul da igreja paroquial de Matacães (Torres Vedras)⁷. A razão de a referirmos de novo é o facto de a fotografia tirada por Guilherme Cardoso (Fig. 4) nos permitir propor a leitura do *nomen* da defunta. Na verdade, a paginação foi feita com largo espaçamento entre as letras e, conseqüentemente, entre as palavras, havendo separação por pontos triangulares.

O desgaste a que a pedra, seguramente um calcário local, foi sofrendo ao longo dos anos, mercê da constante exposição aos agentes atmosféricos, tornou ainda menos nítidos os traços dos caracteres. Como se encontra embutida, não é possível nem medir a espessura nem sequer saber como seria a parte circundante à molduração do campo epigráfico. Esta obedece, porém, aos hábitos comuns no século I da nossa era: um toro (de 2,3 cm de largo) limitado por ranhuras, ao nível da superfície epigrafada.

Dimensões: 37 x 66.

D(is) · M(anibus) / [D]E CIA · D(ecimi) · F(ilia) / AVITA · AN(norum) · XXVII (septem et viginti) / H(ic) · S(ita) · E(st) / ⁵ IVLIA · M(ater) F(aciendum) C(uravit)

Aos deuses Manes. Aqui jaz Décia Avita, filha de Décimo, de vinte e sete anos. Júlia, a mãe, mandou fazer.

Altura das letras: l. 1: 3,8/4,1; l. 2: 3,9; l. 3: 4,1; l. 4: 4,1/4,3; l. 5: 4,5.



Fig. 4 – Placa de Matacães (CIL II 278). Foto de Guilherme Cardoso.

Bibliografia: CIL II 278 (com indicação das fontes bibliográficas anteriores); Belo, 1953; Almeida & Ferreira, 1966, pp. 33–37; ILER 4326 e 6451.⁸ *Hispania Epigraphica*, registo n.º 21 331.

Variantes de leitura: l. 2: C[L]A[V]D[I]A (Belo, Almeida & Ferreira), C[- -] A[- -] D[- -] (*HEp*); l. 5: M(onumentum) (*HEp*).

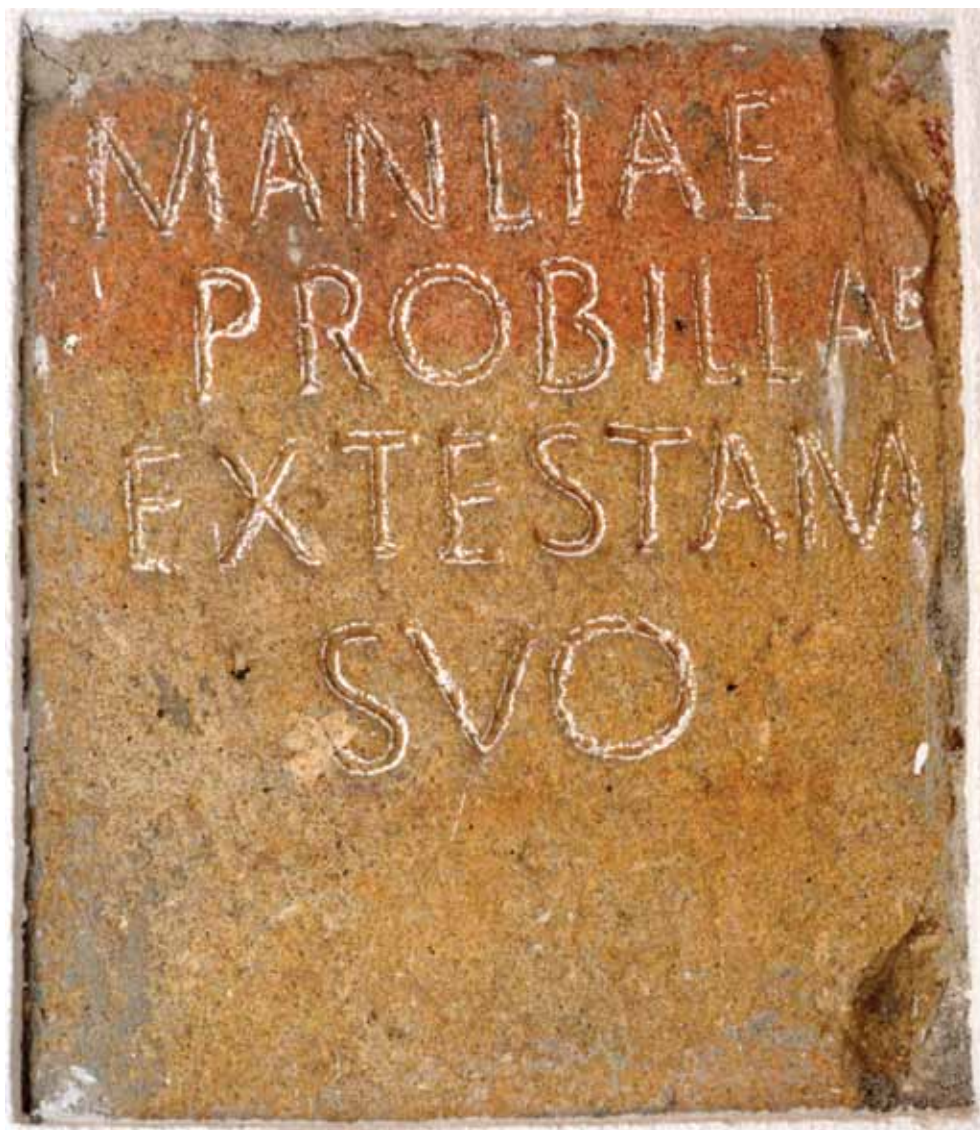
Paginação cuidada, segundo um eixo de simetria, por isso foram bastante espaçadas as letras e as palavras. Pontuação triangular, embora de configuração diversa: um pequeno V na l. 1; em cauda de andorinha, no geral; como pequeno T na l. 4.

Começamos pelo final da l. 2: há um ponto nítido entre o D e o F (letra de que se nota bem a barra horizontal superior), pelo que a reconstituição da normal indicação da filiação não nos oferece dúvidas, ainda que *Decimus* não seja um *praenomen* frequente na Lusitânia; estamos, porém, numa área cedo aculturada e, por isso, não nos repugna a sua utilização. Do *nomen* da defunta não se distingue, de facto, a letra inicial; no entanto, é perceptível a haste vertical do E e, inclusive, a sua barra horizontal superior; e como a leitura CIA não oferece dúvidas, a opção por *Decia* afigura-se-nos plausível. Não abundam, é certo, os *Decii* na epigrafia da Lusitânia nem mesmo na Hispânia: Abascal (1994, p. 128) encontrou ó testemunhos, dos quais dois são lusitanos. E estes dois encontram plena justificação no que temos dito acerca da relação íntima entre a onomástica da região olisiponense e

⁷ Servimo-nos das medidas que estes investigadores apresentam, pois, com a colaboração de Eduardo Prescott Vicente, cuidadosamente observaram a epígrafe a 5 de Fevereiro de 1966.

⁸ A repetição deve-se ao facto de a primeira haver sido retirada do artigo de Ricardo Belo e a segunda da *Revista de Guimarães*, naturalmente com interpretações diferentes. Em ambas as ocasiões, a transcrição não está correcta.

Fig. 5 – CIL II 400, de Bobadela (Oliveira do Hospital).



⁹ Corrija-se a leitura: é *Vetusta* e não *Venusta*. *Ulana* — curiosamente um nome feminino bastante frequente na actualidade — terá sido, na Hispânia Antiga, apenas documentado aqui, de modo que Lourdes Albertos (1972, p. 318) o considera pré-romano, quiçá relacionável com a palavra indo-europeia que detinha o significado de «lã»; Vallejo (2005, *passim*) corrobora esse carácter indígena do antropónimo.

¹⁰ Estudou-a Regina Anacleto (1981, pp. 71–72), dando conta de que fora dada a conhecer pelo Padre Luís Cardoso (2.º vol., 1751, pp. 192–193); essa referência fora retomada por Pinho Leal e por Adelino de Abreu.

¹¹ Clara Portas teve ensejo de se fazer eco desse achamento, no breve relatório das escavações levadas a efeito em 1982 (Portas, 1983, p. 42). A foto que ora se apresenta (Fig. 5) agradeço-a ao Arq. Antero Carvalho, que, a pedido da Dra. Helena Frade, gentilmente a fez, a 28-01-2013.

a da *civitas Igaeditanorum*, pois, na verdade, *Decia Ulana* (HAE 1614) é de Odrinhas (Sintra) e *Decia Vetusta* se afirma *Igaeditana* (ILER 5322).⁹

Quanto a o M final se desdobrar em M(ater) e não em M(onumentum), a justificação reside em três argumentos: o uso epigráfico de *monumentum* não é habitual nesta área da Lusitânia; a palavra *monumentum* apenas em sigla poderia, neste caso, provocar alguma confusão; é aceitável — e faz falta — a menção ao grau de parentesco entre a dedicante e a defunta, sendo natural que a quisesse incluir, atendendo a que a filha faleceu com apenas 27 anos.

6. *Manlia Probilla*

Comunicou-me, a 26 de Julho de 1982, a Dra. Clara Portas que fora reencontrada, sob espessa camada de argamassa, na parede de uma sala do que então se propunha vir a ser o museu de Bobadela (Oliveira do Hospital), uma inscrição já referida por autores antigos¹⁰, mas cujo rasto inteiramente se perdera¹¹. Tive ocasião de a observar a 16 de Março de 1988 e dessa observação ora se dá conta.

De granito amarelo de grão fino, trata-se, mui provavelmente, de uma placa, de que apenas temos o fragmento, que mede 58 x 50 cm (aproximadamente).

MANLIAE [...] / PROBILAE [...] / EX
TESTAM[ENTO?] / SVO / [...] [?]

A Mânlia Probila, por seu testamento

Altura das letras: l. 1: 6,8; l. 2 e 3: 6,6; l. 4:
7,2. Espaços: 1 e 2: 3,5; 3: 2; 4: 3,5; 5: 19.

Os textos anteriores a Regina Anacleto trazem — na versão que ela própria transmite — MAN LIAA PROBISAA / EX TESTAM SVO — em duas linhas, portanto; paginação que mantém, apenas corrigindo para MANLIAE PROBISAE.

O *nomen Manlius* não é frequente na epigrafia da Lusitânia, registando-se um centro importante dessa família na região de *Balsa* (Tavira); este, um outro de Mérida e o patronímico *Manli* patente numa epígrafe da *civitas Igaeditanorum* seriam os únicos testemunhos da presença de *Manlii* fora desse contexto meridional (Navarro & Ramírez, 2003, mapa 188). *Probilla* é também um *cognomen* latino pouco frequente: Kajanto (1965, p. 253) inclui-os nos nomes de louvor ('honesto', 'sincero') e menciona cinco exemplos, todos femininos, dos quais 2 na Panónia Inferior, 2 na Dalmácia e o quinto é CIL V 3068, de *Patavium* (*Regio X*), referente a uma *Ulpia Probilla*.

A presença do dativo e a expressão *ex testamento suo* inclinam-nos a que estejamos perante uma inscrição de teor funerário, a identificar o monumento que Mânlia certamente para si mandou fazer.

Temos, porém, uma dúvida a solucionar: porque é que, sendo conhecida a epígrafe desde, pelo menos, o século XVIII, Hübner a não incluiu no CIL II, sobretudo se pensarmos que teve ocasião de compulsar miudamente as informações veiculadas pelo Padre Luís Cardoso? Ora sucede que, sob o n.º 400, e com proveniência de Bobadela, inclui Hübner o texto IVLIA..... / EX / TESTAMENTO / SVO (Fig. 5). A sua fonte de informação foi, segundo afirma, António Luís de Sousa Secco (p. 104) ou Levy Jordão (p. 214, n.º 502), porque este se baseou naquele. Em meu entender, a resposta está aqui: houve confusão de leitura! A inscrição de *Manlia Probilla* é CIL II 400 e foi mal reportada pelos seus informantes.

400 Bobadellae.

IVLIA
EX
TESTAMENTO
SVO

Secco p. 104, 4 (inde Levy 219, 502). 1 lacunam indicavi ego.

Fig. 5a – Reprodução da ficha de CIL II 400.

7. IRCP 578

Por evidente lapso, propus, ainda que dubitativamente (Encarnação, 1977, p. 67, IRCP 578), a leitura LVI para a idade com que teria falecido *Aquila Cara*, que manda lavar o epitáfio do marido (Fig. 6).

Essa reconstituição viria a ser transcrita em AE 1977 372. Já no comentário paleográfico a IRCP 578 (p. 644), eu escrevera, porém: «[...] O espaço de l. 4 justifica-se porque a pedra se gravou antes da morte de *Aquila*, desconhecendo-se, pois, a idade com que viria a falecer».

Esse espaço foi, na verdade, deixado em branco não apenas para se incluir a idade mas também para a fórmula *H(ic) S(ita) E(st)*.



Fig. 6 – IRCP 578, de Vaiamonte (Monforte). Foto de Guilherme Cardoso.

Bibliografia citada

- ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994) - *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Madrid: Universidad Complutense; Murcia: Universidad.
- ABREU, Adelino de (1893) - *Oliveira do Hospital: traços histórico-críticos*, Coimbra: Universidade.
- ALARCÃO, Jorge de (1993) - *Alfidii e Aufidii de Collippo e Sellium. Humanitas*. Coimbra. 45, pp. 193–198.
- ALBERTOS FIRMAT, María Lourdes (1972) - Nuevos antropónimos hispánicos. *Emerita*. Madrid. 40:2, pp. 287–318.
- ALMEIDA, Justino Mendes de; FERREIRA, Fernando Bandeira (1966) - *Varia epigraphica*, IX. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76, pp. 25–39.
- ANACLETO, Regina (1981) - *Bobadela epigráfica*. Coimbra: EPARTUR - Edições Portuguesas de Arte e Turismo.
- BELO, Aurélio Ricardo (1953) - Nótulas sobre arqueologia de Torres Vedras e seu termo. *Badaladas*. Torres Vedras. 91, 1-12-1953.
- BUECHELER, Franz (1895–1926) - *Carmina Latina Epigraphica*. 3 vols. Leipzig: Teubner (E. Lommatzsch) [reimp. 1964].
- CAETANO, Maria Teresa (2010) - *Animalia quae late aluntur: mamíferos nos mosaicos romanos da Península Ibérica*. Tese de doutoramento defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL), em Outubro de 2010 < <http://run.unl.pt/handle/10362/5874> >.
- CARDOSO, Padre Luís (1747) - *Diccionario geographico ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Offic. Sylvania.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975) - *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal: subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1977) - Epigrafia romana do Nordeste alentejano – Nisa, Torre de Palma e Silveirona. *Conimbriga*. Coimbra. 16, pp. 59–82.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1994) - Apostilas epigráficas. *Humanitas*. Coimbra. 46, pp. 217–230 < <http://hdl.handle.net/10316/20643> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1995) - Apostilas epigráficas – 2. *Biblos*. Coimbra. 71, pp. 403–416 < <http://hdl.handle.net/10316/20641> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2008) - Eburobriga, 'cidade' do teixo. *Eburobriga*. Fundão. 5, pp. 109–120 < <http://hdl.handle.net/10316/10236> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011) - Identità e autonomie nella Lusitania romana occidentale. In SARTORI, Antonio; VALVO, Alfredo, eds. - *Identità e autonomie nel mondo romano occidentale: Iberia-Italia – Italia-Iberia – III convegno internazionale di epigrafia e storia antica* (Gargnano, 12–15 maggio 2010). Faenza: Fratelli Lega, pp. 65–77 < <http://hdl.handle.net/10316/16115> >.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011a) - Da pupila dos meus olhos!. *Renascimento*. Mangualde. 577, 15-09-2011, p. 13.
- ENCARNAÇÃO, José d' (2011b) - Viver, filosofar... viver! In GARCÍA BLANCO, María José; AMADO RODRÍGUEZ, Teresa; MARTÍN VELASCO, María José; PEREIRO PARDO, Amelia; VÁZQUEZ BUJÁN; Manuel Enrique, eds. - *'Αντίδωρον: homenagem a Juan José Moralejo*. Santiago de Compostela: Universidad, pp. 165–174 < <http://hdl.handle.net/10316/16438> >.
- ENCARNAÇÃO, José d'; PORTAS, Clara (1993) - Grafito da Citânia da Raposeira (*Conventus Scallabitanus*). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 45, n.º 204 [= AE 1993, 889].
- ERBC = CANTO Y DE GREGORIO, Alicia María (1997) - *Epigrafía romana de la Beturia Céltica*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- FABRE, Georges; MAYER I OLIVÉ, Marc; RODÁ DE LLANZA, Isabel (1982) - Inscripciones "alienae" en museos y colecciones de la provincia de Barcelona. *Ampurias*. Barcelona. 44, pp. 229–232.
- FERREIRA, Fernando Bandeira (1965) - *Varia epigraphica*. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75, pp. 82–109.
- FRANCISCO MARTÍN, Julián de; GONZÁLEZ HERRERO, Marta (2004) - *Taxus bacata*. *Conimbriga*. Coimbra. 43, pp. 191–198.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra: Universidade.
- KAJANTO, Iiro (1965) - *The Latin cognomina*. Helsinki: Societas Scientiarum Fennica.
- KORN, Frank J. (2002) - *Hidden Rome*. Mahwah, NJ: Paulist Press.
- MELCHOR GIL, Enrique; RODRÍGUEZ NEILA, Juan Francisco (2002) - Sociedad, espectáculos y evergetismo en Hispania. In *Ludi Romani: espectáculos en Hispania Romana*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, pp. 137–156.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros; RAMÍREZ SÁDABA, José Luis, eds. (2003) - *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius.
- PASSELAC, Michel (2010) - Construction du trace de la voie d'Aquitaine: le segment d'Eburomagus à Sostomagus. *Pallas*. Toulouse. 82, pp. 103–120.

PORTAS, Clara (1983) - Bobadela. Escavações arqueológicas de 1982. *Munda*. Coimbra. 6, pp. 32–42.

RIBEIRO, José Cardim, ed. (2002) - *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

VALLEJO RUIZ, José María (2005) - *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco.

VASCONCELLOS, José Leite de (1905) - *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

VILLAR LIÉBANA, Francisco (1995) - El teónimo *Reue* y sus epítetos. In *Die grösseren altkeltischen Sprachdenkmäler. Akten des Kolloquiums Innsbruck 1993*. Innsbruck: Institut für Sprachen und Literaturen der Universität Innsbruck, pp. 160–211.